

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A administração do SAMS anunciou o encerramento do hospital e de todas as clínicas sob sua gestão depois de um surto de Covid-19 ter infetado vários profissionais e possivelmente vários utentes. Foi anunciado o lay-off e o consequente envio dos cerca de 1500 profissionais para casa, assim como o encaminhamento dos doentes internados e dos cerca de 95.000 utentes do SAMS para o SNS.

Inicialmente foi anunciado o recurso ao lay-off por um período de 30 dias, mas, entretanto, o Presidente da Comissão Executiva do SAMS, Rui Riso, já disse que o lay-off pode ir muito para além desse período, admitindo o seu prolongamento até junho.

Perante esta situação o Governo deve fazer duas coisas: 1) investigar as responsabilidades da administração do SAMS no desenvolvimento de um surto que pode ter contagiado vários profissionais de saúde, assim como vários utentes desta unidade privada de cuidados de saúde; 2) requisitar as instalações, meios e profissionais do hospital e clínicas do SAMS, agora encerrados, porque numa altura em que o país vive uma epidemia não se pode admitir que uma unidade de saúde tente fechar portas e demitir-se das suas responsabilidades sociais.

Quanto à investigação e apuramento de responsabilidades: o que se sabe é que a administração do SAMS não enviou para isolamento profilático alguns profissionais que tinham estado em contato com um caso de Covid19 positivo. Este desrespeito pelas regras de segurança e de saúde pública terá levado à criação de cadeias de contágio, uma vez que alguns desses profissionais que foram obrigados a continuar no seu ponto de trabalho tinham, de facto, sido infetados.

O desrespeito pelo isolamento profilático, a manutenção dos profissionais de saúde nos postos de trabalho, em contato com outros profissionais e com doentes, merece que se apure a responsabilidade da administração neste surto, assim como a sua responsabilidade no contágio de várias pessoas.

Quanto à requisição das instalações, equipamentos e profissionais: como já foi dito, Portugal atravessa um momento de epidemia de um vírus que tem uma dinâmica de crescimento rápido. Precisamos de mobilizar todos os recursos e toda a incapacidade instalada no terreno e é absolutamente inaceitável que uma unidade privada tente encerrar a sua atividade durante todo o período epidémico e, para além disso, ainda sobrecarregue o SNS com o encaminhamento de doentes internados e com os milhares de utentes, muitos que ficaram sem consultas e outros atos que já estavam programados.

O SNS tem de requisitar estes cerca de 1500 profissionais, assim como a capacidade de internamento, de prestação de cuidados e todo o equipamento existente no hospital e nas clínicas do SAMS. Todos são mais do que necessários para fazer face à epidemia e para garantir uma resposta capaz de atender e cuidar todas as pessoas que adoecendo com Covid19 necessitem de cuidados de saúde mais diferenciados.

Estas medidas devem ser tomadas imediatamente pelo Governo. Ninguém perceberia que ficasse sem consequência um comportamento como aquele que foi tomado pela administração do SAMS.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Que medidas serão tomadas para apurar as responsabilidades da administração do SAMS no desenvolvimento de um surto que pode ter contagiado vários profissionais de saúde, assim como vários doentes?
2. Que consequências existirão se se verificar a existência de responsabilidades?
3. Quando vai o Governo proceder à requisição civil de todos os recursos do SAMS, desde as instalações aos profissionais, uma vez que em plena crise pandémica todos os recursos devem ser mobilizados para o reforço do SNS e não se pode permitir que unidades privadas encerrem portas, demitindo-se das suas responsabilidades sociais?

Palácio de São Bento, 27 de março de 2020

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)